



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 22 a 28 de novembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



CTASP aprova estruturação de carreira de servidores da DPU

A Comissão de Trabalho aprovou no dia 18 de novembro, por unanimidade, o PL 7.922/2014, de autoria da Defensoria Pública da União, que prevê a estruturação do plano de carreiras e cargos dos servidores da DPU e fixa o valor de suas remunerações.

Segundo o relator, Deputado Laércio Oliveira (SD/SE), o Projeto atende orientação do Tribunal de Contas da União. O Deputado afirmou que a carreira de apoio ao DPU fortalecerá o Programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita.

O Presidente da CTASP, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), comemorou a aprovação da proposição após

diversas retiradas de pauta. “O governo não queria votar o projeto. Ontem nós construímos um grande acordo e conseguimos aprova-lo por unanimidade”, declarou.

O Presidente considera essencial a criação de uma nova estrutura funcional para a DPU. “Nós precisamos fazer com que haja uma estrutura de funcionamento da Defensoria. O projeto que nós votamos não trata diretamente do Defensor Público. Trata do quadro de apoio, da estrutura de carreira, de remuneração desses servidores, que vão fazer com que o defensor possa trabalhar e servir melhor a população”, explicou Maranhão.

Congresso mantém veto a aumento de aposentadorias

Agência Câmara Notícias

Após manter o veto da presidente Dilma Rousseff sobre o reajuste salarial de servidores do Judiciário, no fim da noite de terça-feira (17), o Congresso voltou a atender às expectativas da equipe econômica do governo na tarde de quarta, 18. Deputados mantiveram o veto de Dilma ao reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS pelo mesmo percentual aplicado ao salário mínimo.

A derrubada desse veto era um dos mais temidos pelo governo, pois afrontava as medidas de ajuste fiscal por ocasionar gasto adicional de R\$ 300 milhões em 2016, segundo o Ministério do Planejamento. A pasta ainda informou que, se o texto tivesse sido aprovado integralmente, a nova lei acarretaria um rombo de R\$ 11 bilhões aos cofres públicos nos próximos quatro anos.

Para a derrubada de um veto presidencial é preciso que a maioria absoluta dos congressistas das Casas legislativas

se manifeste de forma contrária (257 na Câmara e 41 no Senado). Como 211 deputados votaram contrários à decisão de Dilma e 160 se posicionaram a favor, o veto sequer precisou ser submetido à apreciação dos senadores, com manutenção assegurada já na primeira votação.

O veto diz respeito a uma parte do texto do PL de conversão da Medida Provisória 672/15, convertida na Lei 13.152/15. Dilma impediu a extensão às aposentadorias e pensões maiores que um salário mínimo da atual política de valorização da remuneração. Para o salário mínimo, a regra vigente foi prorrogada até 2019.

Com isso, aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo continuarão contando apenas com a reposição inflacionária, sem qualquer ganho real. O salário mínimo é reajustado pela variação positiva do PIB de dois anos antes mais o INPC do ano anterior.

Prêmio Brasil incentivará tecnologia no país

A CTASP aprovou o Projeto de Lei 1.872/11, de autoria do Senado Federal, que institui a criação do Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano. O Prêmio será um reconhecimento e incentivo à pesquisa e à aplicação da tecnologia nas áreas de conhecimento, incluindo saúde e ciências biológicas, educação, cultura e esporte, economia, comércio, indústria, entre outros.

O relator, Deputado Vicentinho (PT/SP), manteve o parecer pela aprovação do antigo relator na Comissão, Deputado Eudes Xavier. De acordo com Vicentinho, o Prêmio Brasil beneficiará a sociedade brasileira com ciência e inovação.

“Com essa iniciativa, o Brasil segue o caminho trilhado pelos países mais desenvolvidos, na busca de avanços tecnológicos e de melhoria das condições de vida da sua população. A iniciativa se soma a outras políticas públicas já adotadas neste país, como os incentivos fiscais e creditícios já concedidos a instituições e empresas que se dedicam à pesquisa”, declarou o Deputado Vicentinho, citando o antigo relator.

O PL segue para as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão discutirá trabalho dos auditores da Receita Federal

Agência Câmara Notícias - editado

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público promoverá audiência pública na próxima terça-feira (24) para discutir as atribuições, condições de trabalho e dificuldades do exercício da atividade de auditor da Receita Federal.

O debate foi proposto pelo deputado Cabo Sabino (PR-CE). “Considerando o momento de crise financeira, fiscal e tributária que passa o país, precisamos ouvir os trabalhadores responsáveis pela maior parcela de arrecadação da União. Bem como conhecer e compreender os reais motivos que levaram a categoria a uma paralisação das suas atividades,” explicou Sabino.

O parlamentar quer aproveitar a audiência para ouvir sugestões dos participantes de como encontrar uma solução para o ajuste fiscal, sem precisar taxar as classes menos favorecidas. A audiência está marcada para as 10 horas, no plenário 12.

Perfil do Parlamentar

Deputado Vicentinho



Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados

A sensibilidade e experiência política do Deputado Vicentinho foi adquirida no berço das grandes lutas do ABC. Foi na região do Grande ABC que nasceu a luta pela derrubada da ditadura militar, a luta pelos direitos dos trabalhadores, a luta pelas greves e a luta pelos direitos de que qualquer democracia florescesse. Foi neste contexto que Vicentinho, sujeito ativo de tantas batalhas, acreditou que é possível um novo jeito de fazer política, acreditou na política solidária, participativa e coletiva da classe trabalhadora.

Vicentinho foi presidente da Comissão da Reforma Trabalhista; da Comissão da Redução da Jornada de Trabalho e Comissão sobre a Crise – Geração de Empregos e Serviços. Titular da CTASP. Preside as Frentes pela Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança e Frente Parlamentar Mista de Segurança e Combate a Incêndios. Integrou da CPI do Trabalho Escravo e foi membro da Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social.

Foi eleito em 2014, por unanimidade, Líder do PT. O único líder negro de uma bancada partidária no parlamento brasileiro. Atua insistentemente na aprovação de importantes projetos, tais como a proposta de emenda à constituição – PEC 239 que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, a regulamentação da convenção 158 da OIT sobre a demissão em massa e o projeto de regulamentação da terceirização, o PL 1621/07, de sua autoria, que coaduna com uma visão justa e moderna de relações do trabalho, dentre outras propostas de grande interesse da classe trabalhadora e do País.

Agenda

26/11

Audiência Pública: Debater o impacto causado pelas demissões de professores e funcionários da rede pública estadual

Horário: 10h **Local:** A definir

27/11

Mesa Redonda: visita técnica seguida de mesa redonda para discutir a atual situação do porto de Itajaí/SC

Horário: 09h **Local:** Itajaí/SC

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão** (SD/PB) | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>